



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
E O CONSELHO ADMINISTRATIVO
BENJAMIN CONSTANT, 26 DE FEVEREIRO DE 2026.
REFERÊNCIA JANEIRO DE 2026.**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 15h, na sede do IPSSBC/BCPREV, localizado à Rua General Canrobert, 950 – Bairro – Colônia II, na cidade de Benjamin Constant/AM, reuniu-se o Comitê de Política de Investimentos e o Conselho Administrativo, a partir da convocação do Diretor-Presidente, o Sr. Rodrigo da Silva Bichara e, que na ocasião, compareceram para a reunião: o Sr. Rodrigo da Silva Bichara – Diretor-Presidente, o Sr. José Martins da Rocha – Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. Rodrigo Christian Sena da Silva – Secretário de Economia e Finanças da PMBC, o Sr. Hiran Muraiare de Menezes – Representante dos servidores ativos e os membros dos Conselhos Administrativo, os senhores: Francisco Manoel Mota – Representante dos servidores Aposentados e Pensionistas, José Martins da Rocha – Diretor Administrativo-Financeiro, Hiran Muraiare de Menezes – Representante dos servidores ativos e o Sr. Gilcemar Pinheiro Barbosa – representante do Poder Legislativo. Os membros do Comitê de Investimentos foram nomeados pela Portaria nº 009/2025-GP/PMBC de 21 de janeiro de 2025 e, os demais membros do Conselho Administrativo, foram nomeados pelo Decreto nº 094/2025-GP/PMBC. O senhor Diretor-Presidente iniciou a reunião apresentando relatórios referentes aos demonstrativos com os saldos financeiros do IPSSBC/BCPREV até o dia 31/01/2026 que foi no valor de R\$ 107.775.610,31 (Cento e sete milhões, setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e dez reais e trinta e um centavos) em conta corrente e em conta de investimentos, e um saldo da rentabilidade, valorização que foi no valor de R\$ 1.267.209,86 (Um milhão, duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e nove reais e oitenta e seis centavos), menos a Fopag do mês de janeiro, sendo assim, o saldo final de R\$ 746.666,79 (Setecentos e quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos), sendo a planilha apresentada e entregue para todos os membros presentes com a composição da carteira do mês de janeiro com os referidos valores e saldos. Inclusive foi citado que esta planilha se encontra publicada nas redes sociais e em dezenas de grupos de whatsapp como no grupo dos Conselho, do Comitê e dos Aposentados. A contribuição de janeiro não foi depositada até o momento, sendo que o vencimento é dia 27/02/2026. A Câmara Municipal repassou o valor referente a competência do mês de janeiro em 29/01/2026 no valor de R\$ 6.284,91 (Dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos); e o IPSSBC/BCPREV ainda não repassou o valor da sua contribuição. O Diretor-Presidente explanou que no mês de janeiro houve pedido de movimentação/remanejamento de valores dos fundos da carteira do IPSSBC/BCPREV, levando em conta a nova Resolução do CMN nº 5.272/2025 e, aproveitando o saldo em conta corrente, foi aplicado no Brad FI Renda Fixa Ref DI Premium. Para se fazer essa aplicação, foi solicitado sugestão da nossa consultoria em investimentos, a empresa Referência Gestão e Risco Ltda. Enviaram um e-mail sugerindo pela aplicação. O Diretor-Presidente apresentou aos membros relatórios esses, registrados em um Sistema de Gestão de Investimentos – SGI, da Conjuntura Econômica e Financeira do mês de janeiro onde divaga sobre as movimentações, rentabilidades da carteira mensal e do acumulado no ano, composição da carteira e por segmento, alocação, seus riscos, evolução patrimonial, resumo do mercado X carteira de investimento e rentabilidade acumulado versus meta atuarial, a qual estamos acima do estipulado na política de investimentos. Apresentou, também, um relatório dinâmico onde demonstra todas as aplicações, com valores e porcentagem em cada fundo, saldos, rendimento no ano, rentabilidade no mês de janeiro, rentabilidade acumulada e a meta atuarial acumulada. Outro demonstrativo foi apresentado, é o da rentabilidade x meta RPPS do mês de janeiro, onde demonstra a rentabilidade de cada fundo em valores e em porcentagem, a meta da política de

investimentos, a meta do período e a porcentagem alcançado da meta no período; o relatório de enquadramento do RPPS e o enquadramento conforme a política de investimento; e a APR. A consultoria apresentou, também, uma cartilha com uma análise do fundo como o CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP. Foi apresentado uma resenha sobre a retrospectiva das atividades do Brasil e do mundo do mês de janeiro: *Na última semana, os mercados globais e domésticos apresentaram estabilidade, apesar de tensões geopolíticas na América Latina. Nos Estados Unidos, indicadores do mercado de trabalho apontaram desaceleração, enquanto na União Europeia houve avanço político no acordo comercial com o Mercosul. No Brasil, inflação de dezembro (IPCA) ficou em 0,33%. À exceção do grupo Habitação, com queda de 0,33%, os demais grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em dezembro. Assim, o índice fechou o ano em 4,26% situando-se abaixo do teto da meta (4,5%), e a balança comercial registrou superávit, embora inferior ao do ano anterior. RENDA VARIÁVEL – O Ibovespa encerrou a semana em alta de 1,8% aos 163.370 pontos. A semana foi marcada por desdobramentos no cenário geopolítico após a crise na Venezuela contudo, os impactos sobre os ativos globais foram limitados, embora possa haver implicações negativas para os preços do petróleo no médio e longo prazo, diante da possibilidade de um aumento significativo da oferta assim, as ações brasileiras mantiveram as principais tendências observadas ao longo de 2025. Entre os destaques tivemos a Cogna (COGN3, +17,6%), após elevação de recomendação por um banco de investimentos. RENDA FIXA – No mercado de Renda Fixa, os juros futuros encerraram a semana com abertura ao longo da curva e ganho de inclinação com o mercado repercutindo o IPCA de dezembro e o relatório de emprego dos EUA. As taxas de juro real apresentaram leve alta, com os rendimentos das NTN-Bs com vencimento em 2030 fechando em 7,81% a.a. (vs. 7,68% na semana anterior). Neste contexto, para esse início de ano seguimos com a recomendação de uma postura conservadora, priorizando ativos de proteção que permitam capturar ganhos de forma estratégica. Reforçamos, ainda, a relevância da diversificação das alocações, sempre em conformidade com as diretrizes da política de investimentos. SELIC – As projeções do mercado para a taxa Selic ao final de 2026 foram estimadas em 12,25% ao ano. Para 2027, a expectativa é de uma taxa em torno de 10,50% ao ano. CÂMBIO E BALANÇA COMERCIAL – O mercado financeiro projeta a taxa de câmbio em R\$ 5,50 para o final de 2026 e em R\$ 5,50 para o encerramento de 2027. Quanto ao saldo da balança comercial brasileira — diferença entre exportações e importações —, a expectativa é de um superávit de US\$ 66 bilhões em 2026 e de US\$ 70 bilhões em 2027. Em relação ao Investimento Estrangeiro Direto (IED), os economistas das instituições financeiras estimam entradas de US\$ 74,35 bilhões para 2026 e de US\$ 78,55 bilhões para 2027. DÍVIDA PÚBLICA E RESULTADO PRIMÁRIO – A projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, ficou em 70,32%. Para 2027, a projeção ficou em 73,77%. Já a projeção para o Resultado Primário ficou em -0,53%. Para 2027, a projeção ficou em -0,34%. Copom manteve a taxa Selic em 15,00% na reunião de janeiro, mas sinalizou flexibilização em breve. No comunicado divulgado após a reunião foi destacada a necessidade de cautela: o Comitê avaliou que o ambiente externo segue incerto, especialmente diante da conjuntura econômica nos Estados Unidos, com reflexo nas condições financeiras globais, e frisou que está atento aos impactos inflacionários do cenário geopolítico. No ambiente doméstico, o Copom reconheceu a trajetória de moderação da atividade econômica, enquanto o mercado de trabalho permanece resiliente. A autoridade destacou que o ambiente atual segue marcado por expectativas desancoradas e medidas de inflação subjacente acima da meta, mas em trajetória de arrefecimento. Apesar da manutenção, o Copom indicou que, no atual ambiente, a estratégia de convergência da inflação à meta envolve recalibração do nível de juros e que deverá iniciar a flexibilização em sua próxima reunião, caso o cenário esperado se confirme. No entanto, o comitê frisou que será mantida a restrição adequada, com serenidade quanto ao ritmo e à magnitude do ciclo total de ajuste. Dessa forma, esperamos corte de 50 pb na reunião*

de março. A prévia da inflação de janeiro apresentou composição benigna, com alta de 0,20%. No acumulado em 12 meses, o IPCA-15 acelerou de 4,41% para 4,50%, em função da base de comparação mais fraca de janeiro de 2025, quando a variação mensal foi afetada pelo pagamento do bônus de Itaipu. No mês, a principal surpresa baixista veio dos preços de alimentos no domicílio (0,21%), que, após sete meses de queda, registraram alta bastante contida dado o padrão sazonal. A menor variação do índice também foi favorecida pela desaceleração dos serviços (de 0,70% para 0,15%), refletindo o fim do período de férias, e pela deflação dos administrados (-0,10%), influenciada principalmente pela mudança da bandeira tarifária (de amarela para verde), compensando a alta da gasolina — maior impacto individual do mês, devido ao aumento do ICMS. Em sentido contrário, os bens industriais surpreenderam para cima ao avançar 0,64%, pressionados por itens de higiene pessoal e pelo ICMS do etanol. Do ponto de vista qualitativo, o resultado manteve a leitura positiva. A média móvel trimestral dessazonalizada e anualizada dos cinco núcleos permaneceu estável em 3,7%, enquanto os serviços subjacentes recuaram de 5,4% para 5,0% na mesma base de comparação. Mantemos nossa projeção de alta de 4% do IPCA neste ano. Mercado de trabalho apresentou sinais mais moderados em dezembro. Segundo os dados do Caged, foram destruídas 618 mil vagas formais no mês. Em nossas estimativas, o saldo ajustado sazonalmente passou de 80 mil em novembro para -1 mil em dezembro, abaixo do nível considerado neutro para a taxa de desemprego. Dentre os setores, serviços apresentaram recuo na criação de vagas, enquanto a indústria passou avançou na mesma base de comparação. Assim, a média móvel de três meses segue indicando desaceleração em todos os setores. Por sua vez, segundo os dados da PNAD Contínua, a taxa de desemprego encerrou o último trimestre de 2025 em 5,1%. Na série mensalizada com ajuste sazonal, o desemprego passou de 5,3% para 5,5%, puxado pela queda da população ocupada, que mais do que compensou o recuo da força de trabalho. Nas próximas leituras, esperamos a continuidade da moderação do emprego, em linha com a desaceleração da atividade. O Federal Reserve manteve a taxa de juros no intervalo de 3,50% a 3,75%. A decisão contou com dois votos dissidentes: Stephen Miran e Christopher Waller defenderam um corte de 25 pb. No comunicado, o Comitê de Política Monetária (FOMC) ressaltou que a atividade econômica segue resiliente, embora mostre sinais de moderação, com menor criação de vagas e estabilização da taxa de desemprego. A inflação, por sua vez, permanece elevada e acima da meta de 2,0%. A principal mudança ocorreu no retorno da avaliação que o balanço de riscos entre emprego e inflação é simétrico. O Comitê reforçou que as decisões das próximas reuniões dependerão da evolução dos dados e da avaliação do balanço de riscos. Na coletiva de imprensa, o presidente do Fed, Jerome Powell adotou um tom cauteloso. A partir dessa avaliação de cenário, ele reforçou a importância de acompanhar a evolução dos dados, e que o atual patamar da taxa de juros é adequado (bem-posicionado) para garantir a estabilidade do mercado de trabalho e a continuidade do processo de desinflação. Em nossa leitura, o tom mais duro da coletiva, somado aos sinais recentes de atividade, reforça a expectativa de apenas dois cortes de juros ao longo do ano, em junho e setembro. O mercado de trabalho norte-americano iniciou janeiro de 2026 ainda em processo de arrefecimento gradual, com sinais mistos entre os principais indicadores de alta frequência e à espera dos dados oficiais do Bureau Labor Statistics (BLS), cujo relatório de janeiro (payroll) foi adiado para 11/02 em razão da paralisação parcial do governo. As leituras privadas sugerem dinamismo contido: o ADP apontou criação de apenas 22 mil vagas no setor privado em janeiro, com forte concentração em educação e saúde e quedas em serviços profissionais e manufatura, reforçando a heterogeneidade setorial. Em paralelo, os pedidos semanais de seguro-desemprego voltaram a oscilar, mas permaneceram em níveis historicamente baixos, com 231 mil solicitações iniciais e 1,84 milhão de beneficiários contínuos na última leitura de janeiro, compatíveis com um mercado mais frio, porém ainda resiliente. Em termos de salários, as medidas do ADP indicam estabilidade do crescimento para quem permanece no emprego, ao redor de 4,5% ao ano, sinalizando que a desinflação salarial



avança, mas ainda não se completou. A fotografia mais recente do BLS, referente a dezembro, já mostrava criação modesta de 50 mil postos e taxa de desemprego em 4,4%, com ganhos concentrados em lazer/alimentação e saúde e perdas em varejo, quadro que serve de referência para a transição ao início de 2026. Esse balanço segue condicionando a política monetária: após três cortes em 2025 que levaram os juros para o intervalo entre 3,50% e 3,75% ao ano, o FED optou por pausar o movimento de queda na primeira reunião de 2026, realizada entre os dias 27 e 28 de janeiro, destacando que o crescimento segue “sólido”, os ganhos de emprego “baixos” e o desemprego dá sinais de estabilização — leitura coerente com a prudência em calibrar novos ajustes ao longo do ano em conformidade com os próximos dados. Em síntese, janeiro traz um quadro de estabilização parcial dos principais indicadores, com fraqueza setorial persistente e moderação do ritmo de crescimento salarial, reforçando a leitura de um mercado de trabalho ainda em processo de arrefecimento, embora não em desaceleração abrupta, o que sustenta, no curto prazo, a manutenção de uma postura monetária acomodaticia. Em janeiro de 2026, a inflação anual na zona do euro apresentou nova desaceleração, situando-se em torno de 1,7%, segundo estimativas preliminares da Eurostat, abaixo do objetivo de 2,0% estabelecido pelo Banco Central Europeu (BCE) e inferior ao registrado em dezembro de 2025. O resultado reforça a percepção de arrefecimento das pressões inflacionárias no início do ano. A moderação do índice geral continuou sendo impulsionada principalmente pelo comportamento dos preços de energia, que permaneceram em trajetória negativa e contribuíram de forma relevante para o recuo da inflação total. Por sua vez, os preços de serviços — componente associado às pressões inflacionárias internas — seguiram elevados, embora tenham apresentado leve desaceleração frente ao mês anterior, mantendo-se acima de 3%. Já os preços de bens industriais não energéticos e de alimentos, álcool e tabaco continuaram registrando variações moderadas, sem mudanças significativas no curto prazo. Neste contexto, a inflação subjacente, que exclui os itens mais voláteis e é acompanhada de perto pelo BCE, permaneceu acima de 2%, ainda que em trajetória de desaceleração. Esse comportamento indica que, apesar do avanço no processo de desinflação, persistem pressões inflacionárias domésticas, especialmente no setor de serviços, sugerindo que a convergência sustentável da inflação à meta ainda não está plenamente consolidada. No âmbito da atividade econômica, os indicadores mais recentes seguem apontando para um crescimento moderado na região, com recuperação gradual do setor de serviços, enquanto a indústria continua enfrentando um ambiente desafiador. Essa combinação de inflação abaixo ou próxima da meta e atividade ainda frágil sustenta a postura cautelosa do BCE, reforçando a probabilidade de manutenção das taxas de juros nos níveis atuais, com eventuais quedas seguindo à espera de sinais mais consistentes de estabilização inflacionária e fortalecimento do crescimento econômico. Na China, os PMIs oficiais de janeiro de 2026 indicaram enfraquecimento da atividade econômica no início do ano, revertendo parte da melhora observada em dezembro de 2025. O PMI oficial da indústria recuou para 49,3 pontos, ante 50,1 no mês anterior, retornando à zona de contração após breve passagem pelo campo expansionista. O resultado sugere perda de fôlego da atividade fabril, refletindo menor dinamismo da produção e da demanda doméstica no início de 2026. O PMI oficial de serviços e construção também apresentou deterioração, caindo para cerca de 49,4 pontos em janeiro, frente a aproximadamente 50,2 em dezembro. Com isso, o segmento não manufatureiro também voltou à zona de contração, indicando desaceleração da atividade em serviços e construção, após a recuperação observada no encerramento de 2025. No agregado, o PMI composto oficial passou a sinalizar contração da atividade econômica no início de 2026, contrastando com a leitura expansionista registrada no mês anterior. Esse movimento reforça a avaliação de que a melhora observada no fim de 2025 foi pontual, com a economia chinesa voltando a enfrentar um ambiente mais desafiador no início do ano, marcado por fragilidades estruturais. A recuperação da indústria segue condicionada ao fortalecimento da demanda interna, enquanto a demanda externa segue limitada. Já no setor de serviços, apesar da resiliência relativa, o consumo



*permanece sensível ao ambiente econômico. Diante desse quadro, a tendência é que o governo de preferência à adoção de medidas pontuais e direcionadas em detrimento a estímulos mais amplos que possam agravar desequilíbrios macroeconômicos. Também, frisou que os demonstrativos como: DAIR, DIPR estão em dias. Neste momento, o Diretor Administrativo-Financeiro, apresentou planilhas com as movimentações das rentabilidades referente ao mês de fevereiro até a data atual, onde frisou otimismo que teremos bons resultados para este de mês quanto a valorização da nossa carteira. O Diretor-Presidente agradeceu ao Prefeito, Exmo. Sr. Semeide Bermeguy Porto, e ao Presidente da Câmara, Lucas da Silva Félix, pelo compromisso com o futuro dos servidores e beneficiários e não medem esforços para cumprir com os repasses de suas obrigações, as contribuições com este IPSSBC/BCPREV. O Diretor-Presidente, através de *prints* publicados pelo aplicativo *whatsapp* no grupo dos membros do comitê e do conselho administrativo, onde demonstra diariamente a evolução, com valores diariamente atualizados, rendimentos diários, juros diários, consequentemente o valor total atualizado diariamente. Neste momento foi perguntado, aos membros, se alguém teria algo a mais para proferir além de aprovarem tudo do que foi apresentado. Com isso, ninguém se manifestou, e, não tendo mais nada a decidir e exprimir, e, por estar justo e perfeito, a sessão deu-se por encerrada e que os trabalhos transcorreram na sua mais perfeita ordem e harmonia. Assim, eu, Hiran Muraiare de Menezes, nomeado secretário para este momento pelo Diretor-Presidente e Presidente do Comitê de Investimentos do IPSSBC/BCPREV, lavrei a presente ata que após de analisada e aprovada por todos os membros, vai assinada por mim e pelos demais membros participantes. Benjamin Constant/AM, em 26 de fevereiro de 2026 às 16h35. Segue assinatura dos membros do Conselho Administrativo e o Comitê de Política de Investimentos do IPSSBC/BCPREV.//////////*

RODRIGO DA SILVA BICHARA

Diretor-Presidente – IPSSBC/BCPREV
Presidente do Comitê de Investimento

RODRIGO CHRISTIAN SENA DA SILVA

Secretário de Economia e Finanças - PMBC

JOSÉ MARTINS DA ROCHA

Diretor Administrativo-Financeiro

FRANCISCO MANOEL MOTA

Representante dos Beneficiários do
IPSSBC/BCPREV

HIRAN MURAIARE DE MENEZES

Representante dos servidores Ativos

GILCEMAR PINHEIRO BARBOSA

Representante do Poder Legislativo Municipal